

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.310 - SP (2019/0215524-1)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : ALVARO PASCHOAL BERNARDINETTI
AGRAVANTE : SOLANGE APARECIDA DELBONI BERBONI BERNARDINETTI
ADVOGADO : FRANCISCO CARLOS TIRELI DE CAMPOS - SP121908
AGRAVADO : VIACAO GUAIANAZES DE TRANSPORTE LTDA
ADVOGADO : SCHEYLLA FURTADO OLIVEIRA SALOMÃO GARCIA - SP123546

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto por ÁLVARO PASCHOAL BERNARDINETTI E OUTRA, fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 38):

Cumprimento provisório da sentença - Exceção de pré-executividade - Arguição de impossibilidade jurídica do pedido, error in procedendo, error in judicando, excesso de execução - Decisão que determina ao exequente esclarecer o valor em execução nos termos do título executivo judicial e afasta a arguição de impossibilidade jurídica do pedido - Adequação do título executivo judicial aos comandos do julgado que, por si só, não se traduz em impossibilidade jurídica do pedido - Demais matérias podem ser ainda esclarecidas no processado, uma vez não verificada a preclusão pro judicato - Caução que será ou poderá ser exigida, se o caso, nos termos do art. 520, IV, do CPC - Hipótese em que descabe à Instância Recursal deliberar sobre questões ainda pendentes de decisão na origem, sob pena de supressão de instância - Decisão recorrida mantida (CF, art. 93, IX) - Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados (fls. 52/61).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 141, 489, II, e §1º, IV, 492 e 1.022 do CPC/15, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, em síntese, além da negativa de prestação jurisdicional, que: (i) *"as circunstâncias em que a legislação dispensa a medida de contra-cautela não se encontram presentes na espécie"* - (fl. 68); (ii) *"ao entender como irrelevante a questão envolvendo a pretensão da parte adversa no sentido de obter dos réus o pagamento do montante objeto da condenação, em detrimento do que se mostraria*

adequado à execução provisória, a saber, a realização de depósito pelos executados, o decisum afrontou a legislação federal" - (fl. 68).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

No tocante à execução provisória e necessidade de realização de caução, a Corte de origem consignou que *"ausente, por ora, qualquer valor depositado nestes autos ou constrição de bens dos executados, não há que se falar em exigência de caução para o prosseguimento do feito"* - (fl. 46).

Ocorre que a parte recorrente não impugnou a fundamentação acima, autônoma e suficiente à manutenção do aresto hostilizado, a qual permaneceu incólume. Dessa forma, incide, na espécie, o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". Veja-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO DESERTA. ARTS. 158 e 511, § 2º, DO CPC. FALTA DE

PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 211/STJ E Nº 282/STF. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. COMPROVAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO ESBULHO E HONORÁRIOS EXORBITANTES. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal - Súmula nº 283/STF.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 595.189/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 27/11/2014)

Por fim, o recurso não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo constitucional em razão do descumprimento do disposto nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ. Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados dispositivos.

Confiram-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. DAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

(...)

III - Já é firme o entendimento desta Corte, segundo o qual a simples transcrição de ementas não basta para que se configure a divergência jurisprudencial alegada. Impõe-se a demonstração do dissídio com a reprodução dos segmentos assemelhados ou divergentes entre os paradigmas colacionados e o aresto hostilizado, o que inocorreu no presente caso.

IV - Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 738.797/RS, Relator o eminente Ministro FRANCISCO FALCÃO, DJ de 03.10.2005)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ.

(...)

IV - Em casos nos quais só a comparação das situações fáticas evidencia o dissídio pretoriano, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados. A simples transcrição de ementas, sem que se evidencie a similitude das situações, não se presta como demonstração da divergência jurisprudencial.

*Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 754.475/AL, Relator o eminente Ministro **FELIX FISCHER**, DJ de 26.09.2005)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator